

# Oposição tenta ouvir Dilma no Plenário do Senado



Virgílio (E) pretende levar ao Plenário requerimentos rejeitados pela CPI dos Cartões

Depois de a CPI rejeitar a quebra de sigilos, Arthur Virgílio requereu a convocação de Dilma Rousseff pelo Plenário. PSDB e DEM representaram contra a ministra na Procuradoria Geral da República. **Páginas 4 e 5**



Marisa Serrano preside reunião da CPI que negou pedidos de quebra de sigilos

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XIV – Nº 2.776 – Brasília, quarta-feira, 2 de abril de 2008

### Governo rejeita uma MP para votar outra

Por recomendação de Romero Jucá, Plenário recusou medida provisória que abriu crédito de R\$ 50 milhões para o Ministério da Saúde e a TV pública. O objetivo foi ganhar tempo para aprovar a concessão de aumento salarial à PM e aos bombeiros do DF

O líder do governo, Romero Jucá, argumentou que os R\$ 50 milhões já haviam sido gastos e que a rejeição não produziria efeito negativo. A oposição protestou. Antes das votações, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, manifestou confiança no trabalho da comissão que examina mudanças na tramitação de MPs. **Página 3**



Romero Jucá (à esq., entre José Sarney, sentado, e Valdir Raupp) orienta votação. Plenário aprova indicações de embaixadores e reajuste salarial para Polícia Militar e bombeiros do DF

#### Incentivo a empresa que investir em ensino profissional

A Comissão de Educação aprovou projeto que permite a empresas deduzir do Imposto de Renda despesas com ensino profissional para jovens. **Página 8**

#### CPI quer conhecer movimentação de Lorenzetti

O envio de dados sobre movimentações atípicas de Jorge Lorenzetti, ex-dirigente da Unitrabalho, entre 1999 e 2006, foi solicitado pela CPI das ONGs ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). **Página 5**



Entre Lúcia Vânia e Inácio Arruda, Raimundo Colombo preside reunião da CPI das ONGs

#### Corte de verbas para combate a epidemias pode chegar a 25%

O corte médio de 25% dos recursos do Orçamento para o combate a doenças, em 2008, pode aumentar a ocorrência de epidemias no país. O alerta foi feito ontem pelo representante do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde, Marcos Franco, em debate sobre a dengue. **Página 7**





Presidente do colegiado defende elaboração de um plano de manejo para o desenvolvimento sustentado da região

Márcia Kallme



Na CMA, Sibá Machado, Marisa Serrano, Flexa Ribeiro, Expedito Júnior e Gilberto Goellner

## Subcomissão analisa a crise ambiental na região amazônica

A subcomissão temporária do Senado que vai monitorar a crise ambiental na Amazônia foi instalada ontem pela Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Também começou a funcionar ontem outra subcomissão temporária do colegiado: a que vai acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas e do Fórum Mundial da Água.

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), presidente da subcomissão da Amazônia, considerou a sua instalação “muito oportuna”, diante da convulsão observada na região depois das medidas de controle do desmatamento adotadas pelo Ministério do Meio Ambiente. Ele conclamou os colegas a realizarem um trabalho voltado para elaboração de um plano de manejo florestal capaz de trazer desenvolvimento sustentado. Compõem ainda a

subcomissão Renato Casagrande (PSB-ES), Sibá Machado (PT-AC), Leomar Quintanilha (PMDB-TO) e Gilberto Goellner (DEM-MT).

A outra subcomissão, presidida por Sibá Machado, terá como tarefa verificar a situação das bacias hidrográficas do país e de aquíferos como o Guarani, além das microbacias urbanas, entre elas a do rio Tietê. Os demais membros do colegiado são Renato Casagrande, vice-presidente; Leomar Quintanilha; Marisa Serrano (PSDB-MS); e Gilberto Goellner.

### Cartões de crédito

A CMA aprovou requerimento de Adelmir Santana (DEM-DF) e Flexa Ribeiro propondo a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) para instruir dois projetos que regulamentam o mercado de cartões de crédito.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## MPs continuam trancando pauta

Três medidas provisórias – duas na forma de projeto de lei de conversão – trancam a pauta da sessão deliberativa do Senado, que se inicia às 14h. Publicadas há mais de 45 dias, elas têm preferência de votação sobre as demais matérias.

## Garibaldi recebe presidente da Eslovênia

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, recebe às 10h15 o presidente da Eslovênia, Danilo Turk; às 11h, o ex-senador Maguito Vilela, diretor do Banco do Brasil; às 12h, Maria Fernanda Ramos Coelho, presidente da Caixa Econômica Federal, e o ex-deputado Moreira Franco. Às 13h, participa de almoço oferecido pelo presidente Lula em homenagem ao presidente da Eslovênia; às 16h, preside a ordem do dia; e às 17h recebe o ministro do TCU Walton Alencar Rodrigues.

## Comissão debate uso de recursos da Finatec

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) realiza a partir das 9h audiência pública destinada a esclarecer informações sobre o uso

irregular de recursos da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec), vinculada à Universidade de Brasília. Na oportunidade, serão ouvidos Antônio

Manoel Dias Henriques, presidente afastado do conselho superior da entidade, e Nelson Martin, presidente afastado do conselho fiscal da fundação.



## Profissão de economista

Às 11h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza audiência pública com a finalidade de instruir projeto de lei que atualiza a regulamentação do exercício da profissão de economista (PLS 658/07). Estão convidados os presidentes do Conselho Federal de Economia, Pedro Calmon Santana, e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cezar Britto.

## Na pauta da CCJ, novas regras para suplente

Às 10h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) começa a analisar uma pauta com 19 itens. A primeira matéria é a mensagem presidencial de indicação de Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva para

compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga reservada à Câmara dos Deputados. Em seguida, deverá ser votado o substitutivo às sete propostas de emenda à Constituição que tratam da suplência de senador.



## CRA discute desapropriação

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) reúne-se às 11h. Na pauta de cinco matérias, encontra-se projeto de lei que altera a forma de pagamento de imóvel rural desapropriado para fins de reforma agrária que não atenda às hipóteses de desapropriação por interesse social.

## CPI da Pedofilia

Tem início às 14h a audiência pública da CPI da Pedofilia. Foi convidado para a reunião Thiago Tavares Nunes de Oliveira, presidente da ONG Safernet Brasil.

## Área rural da União

Será às 15h a instalação da comissão mista destinada a analisar a Medida Provisória 422/08, que tem por finalidade aumentar a área rural da União passível de regularização e localizada na Amazônia Legal. Na oportunidade, será eleito o presidente do colegiado e indicado o relator da matéria.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Garibaldi Alves Filho

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Alvaro Dias

**1º Secretário:** Efraim Morais

**2º Secretário:** Gerson Camata

**3º Secretário:** César Borges

**4º Secretário:** Magno Malta

**Suplentes de Secretário:** Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretária-Geral da Mesa:** Claudia Lyra

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretora de Jornalismo:** Maria da Conceição Lima Alves

**Diretor do Jornal do Senado:** Davi Emerich (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Morais

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

**Arte:** Cirilo Quartim

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

**Edição:** Maria Lúcia Sigmarina e Rita Nardelli (61) 3311-1151  
O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
[www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) | [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – 70165-920 Brasília (DF)

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves, Papaléo Paes, Efraim Morais, Gerson Camata, Tião Viana e José Nery



## Fim do trancamento da pauta por MP é pedido por relator na Câmara

O fim do trancamento da pauta é um dos pontos do substitutivo à PEC 511/06, apresentado ontem pelo relator da comissão especial da Câmara que analisa mudanças no rito de tramitação de medidas provisórias, deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ). A matéria voltará a ser discutida na próxima terça, após a apresentação de pedido de vista conjunto.

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, reafirmou confiança no trabalho da comissão especial no sentido de pôr um fim ao trancamento da pauta.

– O impasse das medidas provisórias só quem pode quebrar é a Câmara. Eu confio que a Câmara vá representar o sentimento do Congresso, fazendo com que MPs não tranquem mais a pauta, que não se vote a reboque do que o Executivo manda e considera urgente e relevante – disse.

O relatório de Picciani define o limite de 120 dias improrrogáveis para a tramitação das medidas provisórias – como acontece hoje na prática (a regra fala em 60 dias prorrogáveis por mais 60), mas marca prazos claros para a tramitação na Câmara e no Senado. Pela proposta, os 60 dias iniciais ficariam reservados à análise da Câmara, os próximos 45 para a análise do Senado, e os 15 dias finais para a apreciação, pela Câmara, das emendas eventualmente apresentadas pelo Senado.

Além disso, Picciani sugere o fim do trancamento da pauta: após exame de admissibilidade – que passaria a ser feito pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara e do Senado nos primeiros cinco dias de tramitação em cada uma das Casas, e não mais em comissão mista –, a MP passaria a figurar como primeiro item da pauta da respectiva Casa em regime de urgência. Atualmente, se não for votada 45 dias depois de editada, a MP passa a trancar a pauta da Casa legislativa em que estiver sendo votada.

### Regras

Pela regra vigente, a comissão mista encarregada da análise da admissibilidade das MPs tem 14 dias para concluir seus trabalhos. Nos seis primeiros dias, os parlamentares podem apresentar emendas à matéria. Vencido o prazo, a proposição é remetida à Câmara, que tem 14 dias para votá-la.

Se a Câmara não votar a MP até o 28º dia após a sua publicação, o Senado poderá dar início à discussão, mas não à votação. Se a votação na Câmara for concluída antes do 42º dia, a matéria é enviada ao Senado, para a conclusão da apreciação. O que ocorre, no entanto, é que as MPs já chegam ao Senado com o prazo vencido – e, portanto, trancando a pauta e impedindo todas as demais deliberações.

Oposição protesta, argumentando que o governo vem abrindo créditos extraordinários sem que o Congresso seja ouvido, mas senadores seguem recomendação de Jucá

## Plenário rejeita medida que abriu crédito extraordinário já gasto

Por recomendação do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), o Plenário rejeitou, em votação simbólica, a medida provisória que abriu crédito extraordinário de R\$ 50 milhões para o Ministério da Saúde e a TV Brasil.

Jucá recomendou a rejeição da MP 400/07 com o objetivo de ganhar tempo para que entrasse em votação outra medida (MP 401/07), que concedeu aumento salarial à Polícia Militar e aos bombeiros do Distrito Federal.

O senador argumentou que os R\$ 50 milhões já foram gastos e que a rejeição não produzirá qualquer efeito negativo para o governo. A oposição protestou, alegando que o Executivo vem abrindo créditos extraordinários sem que o Congresso seja ouvido. A MP rejeitada estava obstruindo a pauta de votações do Senado, porque fora editada havia mais de 45 dias.

– O presidente Lula está hu-



Por recomendação de Jucá, senadores “ganham tempo” para votar outra MP

milhando o Congresso com suas medidas provisórias de abertura de crédito extraordinário – afirmou o líder opositor do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM).

Virgílio salientou que a oposição entrou no Supremo Tribunal Federal com ação direta de inconstitucionalidade contra sete medidas provisórias, todas de abertura de crédito extraordinário.

Mário Couto (PSDB-PA) sustentou que as MPs de abertura de créditos extraordinários “são um verdadeiro escárnio”, pois quando chegam ao Senado para votação “elas podem ser derrubadas por-

que o dinheiro já foi gasto”.

A líder do PT, Ideli Salvatti (SC), lembrou que senadores do PSDB e do DEM foram relatores em anos recentes de MPs de abertura de crédito extraordinário e todos apresentaram pareceres favoráveis.

O líder do DEM, José Agripino (RN), advertiu que o governo no direcionou à TV

pública 1% das verbas destinadas aos fundos constitucionais para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

– O governo está tirando dinheiro que pode desenvolver essas três regiões para gastar na sua televisão – disse.

A MP derrubada destinou R\$ 20 milhões à TV Brasil. Esta é a segunda vez, em 20 dias, que o Plenário rejeita uma medida provisória a pedido das lideranças do governo porque o dinheiro já fora empenhado ou gasto. A primeira ocorreu em 12 de março, liberando a pauta para votar a MP 397/07, que criou a TV Brasil.

## Senado aprova aumento salarial para bombeiros e policiais do DF

O Senado aprovou ontem o projeto de lei de conversão (PLV) que reajusta o salário da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros e o subsídio da Polícia Civil do Distrito Federal. Segundo a Presidência da República, o objetivo é tornar mais atrativa a remuneração das corporações, evitando a perda de força de trabalho qualificada e criando mais estímulos para o recrutamento de bons profissionais em futuros concursos públicos. A matéria vai à sanção.

No caso da PM e dos Bombeiros, o PLV 4/08 (proveniente da Medida Provisória 401/07) fixa o valor da Gratificação Especial de Função Militar (GCEF) em R\$ 351,49, inclusive para os aposentados. Em relação aos delegados e agentes da Polícia Civil, o projeto assegura a mesma correção salarial da Polícia Federal, por conta da isonomia garantida em lei.

O Executivo justificou a urgên-

cia da matéria por reforçar a segurança pública, como previsto no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. Os recursos para cobrir a despesa virão do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF).

Os senadores por Roraima, Rondônia e Amapá exigiram cumprimento de promessa do governo federal de dar o mesmo tratamento às corporações desses estados. Eles explicaram que policiais e bombeiros dos antigos territórios eram vinculados ao Distrito Federal e, quando se transformaram em estados, não tiveram a situação regularizada, somando dez anos sem aumento salarial.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), prometeu que o problema será solucionado este ano e explicou que a proposta não poderia ser incluída nessa MP, uma vez que a fonte de recursos definida foi o FCDF.

## Acolhidas indicações de embaixadores

Os nomes de cinco indicados pela Presidência da República para o cargo de embaixador foram acolhidos ontem em Plenário.

Maria Auxiliadora Figueiredo, com 51 votos a favor e um contra, será, cumulativamente, embaixadora na Costa do Marfim, na Libéria e em Serra Leoa; Carlos Alberto Simas Magalhães, aprovado com 45 votos a favor e 9 contra, será embaixador na Polônia; Débora Vainer Baremboim, com 52 votos contra 6, comandará a embaixada na Eslovênia; Virgílio Moretzsohn de Andrade, aprovado com 49 votos a favor, 6 contra e uma abstenção, ocupará o cargo no Marrocos; e Luiz Felipe Mendonça Filho, com 51 votos a favor e 6 contra, será nomeado para El Salvador.

Jane Araújo



Garibaldi (centro, ao lado de José Alencar) na comemoração do bicentenário da Justiça Militar

## Garibaldi defende fiscalização da contribuição sindical pelo TCU

O presidente do Senado defendeu a fiscalização dos recursos do imposto sindical pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O presidente Lula vetou ontem o artigo do projeto de lei (PLC 88/07) que regulamenta as centrais sindicais, aprovado pelo Congresso, que exigia a prestação das contas da contribuição obrigatória ao órgão.

– A fiscalização deixaria tran-

qüilos a todos, em se tratando de recursos públicos, obtidos por um imposto cobrado para benefício das entidades sindicais.

Garibaldi, que participou de solenidade de comemoração do bicentenário da Justiça Militar, disse que o veto será lido na próxima reunião do Congresso e reforçou sua disposição em votar os mais de 900 vetos na pauta do Legislativo.



Comissões de inquérito analisam requerimentos: enquanto a CPI dos Cartões Corporativos derruba pedido para analisar gastos da Presidência, CPI das ONGs aprova, por est

## Osmar afirma que disputa nas CPIs atrapalha Senado

Osmar Dias (PDT-PR) afirmou que as disputas políticas entre governo e oposição nas CPIs estão desaguando no Plenário do Senado, atrapalhando debates e votações de interesse da sociedade. Apontou ainda o excesso de medidas provisórias como o grande fator de paralisação do Plenário e defendeu rigor no cumprimento das normas regimentais.

Osmar cumprimentou Garibaldi Alves pela postura no comando do Senado e citou pesquisa publicada ontem pela *Folha de S. Paulo*. Ponderou que “é um avanço” a queda de seis pontos no percentual de pessoas que acham o trabalho dos deputados e senadores “ruim” ou “péssimo”. Conforme a pesquisa, o percentual de pessoas que considera o trabalho dos parlamentares como “regular” subiu de 37% para 40%, enquanto o “ótimo” ou “bom” variou de 13% para 14%.

Leopoldo Silva



Osmar Dias (foto) cumprimenta Garibaldi Alves pela postura no comando do Senado

## Marisa e Garibaldi pedem cooperação entre CPI e TCU

Garibaldi Alves e Marisa Serrano deverão se reunir com o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Walton Rodrigues, para esclarecer dúvidas sobre a possibilidade de compartilhamento das informações referentes aos gastos com cartões corporativos do governo.

Diante da rejeição do requerimento que solicitava essas informações ao TCU, a presidente da CPI pediu a Garibaldi que marcasse o encontro.

Marisa explicou que o que está sendo proposto é a delimitação do espaço do Congresso no tocante à investigação do uso dos cartões corporativos.

J. Freitas



José Agripino (E), Arthur Virgílio, Almeida Lima e Antonio Carlos Júnior participam da reunião da CPI, presidida por Marisa Serrano (entre o vice-presidente, Marcelo Melo, e o relator Luiz Sérgio)

J. Freitas



# Comissão rejeita abertura de sigilo dos cartões da Presidência

Os integrantes da CPI Mista dos Cartões Corporativos rejeitaram ontem três requerimentos que pretendiam abrir o sigilo de gastos feitos por funcionários da Presidência da República com cartões corporativos. Os dois primeiros requerimentos foram rejeitados por 11 votos a sete, cada um, e o terceiro, por 12 votos a seis.

Os três requerimentos rejeitados eram de autoria dos deputados Vic Pires Franco (PA) e Índio da Costa (RJ), do Democratas. O

primeiro deles pedia à Casa Civil informações sobre gastos com cartões de todas as instituições ligadas à Presidência da República e a seus órgãos associados desde 2002. Entre as informações desejadas, estavam nomes e CPFs dos portadores dos cartões, limites de crédito, detalhamento de gastos mês a mês e cópias das notas fiscais das compras efetuadas.

Segundo a presidente da CPI, Marisa Serrano (PSDB-MS), foram aprovados ontem requerimentos de informação que eram

consenso entre governo e oposição. Os parlamentares acolheram 16 requerimentos ao todo, sendo dois deles do relator da comissão, deputado Luiz Sérgio (PT-RJ), requisitando que sejam colocados à disposição da CPI Mista um funcionário do Banco do Brasil e outro do Banco Central. 54 requerimentos aguardavam votação na pauta de ontem.

Luiz Sérgio informou que nove dos requerimentos de informação aprovados foram apresentados por parlamentares da oposição.

## Pesquisa aponta melhora na avaliação do Congresso

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, comemorou em Plenário o resultado da pesquisa Datafolha que aponta a melhora da avaliação que o brasileiro faz do Congresso. No entanto, para Garibaldi, trata-se de uma “melhora pequena”, que deve servir de incentivo para que os parlamentares se empenhem na recuperação do Legislativo.

Segundo a pesquisa Datafolha, o índice de entrevistados que consideram o trabalho dos deputados e senadores ruim ou péssimo caiu de 45%, na pesquisa realizada em novembro, para 39%, na avaliação feita entre os dias 25 e 27 de março.

Para alcançar melhores índices, afirmou o presidente, é importante que governo e oposição não permitam que as CPIs “absorvam totalmente as atividades do Congresso”. O impasse sobre o sigilo dos cartões corporativos da Presidência da República levou Garibaldi a prever uma “semana difícil” na entrevista concedida antes da reunião de líderes do Senado, na tarde de ontem. A reunião terminou sem acordo.

Garibaldi cumprimentou o deputado Arlindo Chinaglia pelo trabalho que realiza à frente da Presidência da Câmara. Ao comentar os resultados da pesquisa Datafolha pela manhã, ele ressaltou que a redução dos índices de rejeição do Congresso se devia mais à atuação de Chinaglia que a dele, já que o colega da outra Casa havia iniciado o esforço para a recuperação do Legislativo.

## Virgílio levará ao Plenário convocação de ministra

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), apresentou ontem requerimento convocando a ministra Dilma Rousseff a prestar esclarecimentos em Plenário sobre a formulação de dossiê com os gastos sigilosos do ex-presidente Fernando Henrique e de sua esposa, Ruth Cardoso. O senador acredita que o documento foi feito para “intimidar os parlamentares de oposição”.

O requerimento de Virgílio considera que há indícios de crime de responsabilidade no ato, de acordo com o artigo 9, inciso III, da Lei 1.079/50: “não tornar efetiva a responsabilidade dos seus subordinados, quando manifesta em delitos funcionais ou na prática de atos contrários à Constituição”.

– A partir de hoje, todas as negativas de quebra de sigilo, todas as tratoragens da CPI, terão como resposta trazer a matéria para o Plenário. Todos terão que mostrar sua face e vão ter que dizer majoritariamente que não querem a quebra de sigilo e a investigação de delitos que atingem a vida pública – disse. Outros dois requerimentos convocam Dilma Rousseff a falar a respeito do dossiê nas comissões de Justiça e Cidadania (CCJ), e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Virgílio anunciou que todos os requerimentos derrubados pela base governista na CPI serão objeto de recurso para votação no Plenário.

## Oposição representa contra Dilma por ameaça

O PSDB e o Democratas encaminharam ontem à Procuradoria Geral da República (PGR) representação contra a chefe da Casa Civil da Presidência da República, ministra Dilma Rousseff, e contra a secretária-executiva do órgão, Erenice Alves Guerra. A oposição responsabiliza ambas pela elaboração e pela divulgação de um dossiê, denunciado pela revista *Veja*, contendo informações sobre gastos dos cartões corporativos do ex-presidente Fernando Henrique e de sua esposa Ruth Cardoso e aponta, nesse caso, a prática dos crimes de responsabilidade, de quebra de sigilo e de ameaça.

– Estamos diante da truculência praticada pelo governo. Se não tomarmos nenhuma providência, ela ficará impune. Esse conjunto de interpelações é um gesto de reação dos partidos à impunidade da truculência – declarou o líder do DEM, José Agripino (RN).

Outra providência a ser adotada ainda esta semana, conforme informou o presidente do DEM, deputado Rodrigo Maia (RJ), é entrar com representação similar junto à Comissão de Ética Pública do governo.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), disse que o governo é o primeiro interessado em apurar o caso.

– A oposição está procurando fazer o embate eleitoral em todos os segmentos. É legítimo, mas não é correto. Não é função do Ministério Público investigar ou ajudar o governo a investigar se houve vazamento, mas se ele puder dizer quem fez o vazamento, o governo quer saber – ressaltou o líder.

## Presidente e relator

O presidente da CPI da Pedofilia, senador Magno Malta, e o relator, senador Demostenes Torres, foram recebidos ontem em audiência na Procuradoria Geral da República (PGR), a fim de solicitar o apoio dos procuradores aos trabalhos da comissão. Segundo Magno Malta, o procurador-geral, Antonio Fernando Souza, demonstrou interesse em acompanhar todo o

trabalho. Para foi solicitado a integrantes da Procuradoria Pública a audiência deverá ser oficiada pelo procurador expor porque a prática



reita margem, quebra de sigilo de dados bancários de amigo de Lula, Jorge Lorenzetti. CPI da Pedofilia decide solicitar à Polícia Federal documentos da Operação Carrossel

## Inácio Arruda apresenta proposta para regular ONGs

Anteprojeto estabelecendo um marco legal para a atuação das organizações não-governamentais (ONGs) foi apresentado ontem pelo relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das ONGs, senador Inácio Arruda (PCdoB-CE). O documento está disponível para consulta na página da comissão no site do Senado na internet.

Entre as inovações, o anteprojeto determina que os repasses de verbas públicas ocorram mediante concurso de projetos apresentados pelas ONGs, e não mais de forma facultativa. Também fica vedada a celebração de convênio gerencial com entidade privada sem fins lucrativos que tenha menos de quatro anos de funcionamento. As entidades terão que apresentar documento de registro do estatuto em cartório, além de comprovarem trabalhos já realizados na área técnica objeto do acordo que se pretende celebrar.

A proposta dá ênfase ao controle e à fiscalização preventiva, ao estabelecer que, antes de firmar convênio, o administrador público deverá descrever os meios que serão utilizados

para fiscalizar e controlar a execução do projeto, ficando responsável por eventual inexecução.

Também estabelece um rol de hipóteses em que administradores públicos, gestores, pessoas que elaborem pareceres técnicos e dirigentes de entidades responderão civilmente pela não execução do convênio. O objetivo é fazer com que haja responsabilidade acerca da capacidade técnica e operacional de entidades para realização das atividades conveniadas.

A prestação de contas nos convênios de baixo valor, de acordo com o anteprojeto, deverá estar centrada na realização dos objetivos propostos, no cumprimento das metas ou realização das atividades predefinidas. Para os convênios de maior valor, fica mantido o modelo atual, com regulação e fiscalização também quanto aos meios empregados na execução do convênio. O anteprojeto também prevê a criação de mecanismos processuais para aumentar o grau de efetividade de cobrança judicial e garantir que a verba indevidamente utilizada seja

Moreira/Meiriz



Ao lado de Raimundo Colombo e Lúcia Vânia, Inácio Arruda (D) sugeriu mecanismos para melhorar fiscalização das relações de ONGs com o Estado

ressarcida aos cofres públicos.

De acordo com Inácio Arruda, o fundamento constitucional do anteprojeto é o dispositivo que estabelece competência privativa da União para legislar a respeito de normas gerais nas modalidades de contratação para a administração pública em todos os níveis (União, estados, Distrito Federal e municípios). O texto incorpora

diversas recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU), aplicáveis a qualquer modalidade de parceria com entidades sem fins lucrativos.

A proposta reconhece e mantém os termos de parceria, uma modalidade de acordo entre Estado e terceiro setor, com legislação própria. Mas não abrange o contrato de gestão com organizações sociais,

que continua regido unicamente pela Lei 9.637/98, que dispõe sobre a qualificação dessas entidades.

Está na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania projeto (PLS 624/07) de Tasso Jereissati (PSDB-CE) que estabelece a obrigatoriedade de licitação para contratação de ONGs. A matéria tem o apoio do relator, Jefferson Péres (PDT-AM).

## CPI das ONGs pede ao Coaf dados sobre movimentações de Lorenzetti

A CPI das ONGs aprovou, por cinco votos a quatro, requerimento do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) que pede ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) o envio de dados sobre movimentações atípicas do ex-dirigente da Unitrabalho Jorge Lorenzetti, entre 1999 e 2006.

Em depoimento em 5 de março, Lorenzetti, amigo e churrasqueiro do presidente Lula, negou que intermediou recursos federais para a Unitrabalho. Também negou parti-

cipação em projetos com o Planalto, quando dirigiu a entidade.

O Coaf enviará à CPI dados sobre movimentações financeiras da Fundação Consciencarte, que teria recebido recursos da Fundação Banco do Brasil.

Foram aprovados ainda três requerimentos para investigar contratos da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec) e mais um que pede à Polícia Federal cópias dos documentos apreendidos na Operação Rodin.

## CPI da Pedofilia inicia depoimentos hoje às 14h

A Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia decidiu ontem tomar os depoimentos da subsecretária de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Carmem Silveira de Oliveira, e da coordenadora do Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes da subsecretaria, Leila Paiva. Hoje, às 14h, a CPI ouve o presidente da ONG Safernet Brasil, Thiago Tavares Nunes de Oliveira.

Entre os oito requerimentos aprovados, o senador Demostenes Torres (DEM-GO), relator da CPI, destacou o convite feito a representante do

Google. Para o parlamentar, é preciso discutir o papel do Congresso ao legislar nesse setor. Demostenes é crítico da falta de leis para punir o acesso de criminosos à internet e quer que a CPI trabalhe nessa área.

A comissão também vai pedir o envio do material da Operação Carrossel, realizada pela Polícia Federal, em 2007, com o objetivo de reprimir a pedofilia na internet.

Para o presidente da CPI, Magno Malta (PR-ES), os senadores estão inovando ao aprovar projetos sugeridos por comissões de inquérito antes mesmo do acolhimento do relatório final.

– Agora, eles [pedófilos] têm que

estar com as barbas de molho porque vamos conduzir as propostas ao presidente do Senado, Garibaldi Alves, ao presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, e aos líderes de partidos. Queremos votar em Plenário, no máximo, em 15 dias – enfatizou.

Pelos requerimentos aprovados, deverão ser ouvidos o procurador da República em São Paulo Sérgio Suyama; o psicólogo da Universidade de Brasília Vicente Faleiros; uma representante do Instituto World Child Foundation-Brasil; a promotora de Justiça Karla Dias Sandoval; e a procuradora-geral de Justiça do Espírito Santo, Catarina Gazelli.

## Por solicitam apoio do procurador-geral à comissão

o da comissão.

isso, disse Magno Malta, citado o envio de um in- e permanente da procura- para acompanhamento das cias e depoimentos, o que acontecer tão logo seja o pedido da CPI. O sena- aplicou que esteve na PGR e os crimes de pedofilia, dos via internet, são crimes

da alçada federal.

O presidente da CPI também subiu à tribuna na sessão ordinária do Senado de ontem para informar que o colegiado acolheu sugestão da Polícia Federal, feita em audiência no dia 26 de março último, de inclusão do Brasil na chamada “Difusão Vermelha”, da Interpol, a polícia internacional, que permitirá a prisão de estrangeiros que

têm mandado de prisão ou condenação no exterior, em território brasileiro. Essa prática hoje não é permitida no país, lamentou.

Segundo o senador Magno Malta, pelas leis em vigor, as autoridades no Brasil podem, no máximo, informar a um governo estrangeiro que um criminoso condenado naquele país está em território nacional.



Magno Malta (E) e Demostenes comandam reunião em que comissão definiu os primeiros depoimentos

Moreira/Meiriz



## Papaléo alerta para risco de inflação no país

Ao manifestar preocupação com a possibilidade da volta da inflação, o senador Papaléo Paes (PSDB-AP) cobrou investimentos federais nos setores de energia, transportes, agricultura, saúde e educação. Ele classificou o governo Lula como negligente e lamentou que as epidemias tenham voltado a ser realidade no Brasil.

– Não devemos permitir que, por falta de medidas consistentes por parte do governo federal, o Brasil volte a apresentar preocupantes índices inflacionários que coloquem em risco o desenvolvimento tão esperado por todos nós.

Papaléo observou que as reformas ficaram apenas no discurso e que o país vem crescendo graças à “vontade patriótica” de quem faz a economia. Em aparte, a senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) pediu a regulamentação da Emenda 29, que trata da destinação de recursos para a saúde.

## Paim apóia greve de funcionários dos Correios

Paulo Paim (PT-RS) apoiou em discurso os funcionários dos Correios em greve, afirmando que eles querem o cumprimento de acordo assinado com o governo no dia 20 de novembro do ano passado, que prevê um reajuste de 30% em seus salários. O senador disse ter conversado com o ministro das Comunicações, Hélio Costa, o qual informou que o governo tem a intenção de cumprir o acordo. Segundo o parlamentar, 90% dos empregados dos Correios estão parados.

### Fator previdenciário

Paulo Paim anunciou a apresentação de proposta de emenda à Constituição (PEC 10/08) que acaba com o fator previdenciário e estabelece idade mínima para a aposentadoria pela Previdência Social.

Introduzido em 1999, esse fator reduz os proventos da aposentadoria de pessoas com menos idade.

Em audiência que discutiu proposta sobre mudança de regime político no Brasil, senadores e estudiosos concluem que país precisa primeiro consolidar suas instituições e fortalecer os partidos

# Reforma política deve preceder discussão sobre parlamentarismo

Uma reforma política – e não apenas mudanças na lei eleitoral – deve preceder a discussão sobre a adoção do parlamentarismo, pois sem ela a mudança de regime seria inviável. Essa foi a tônica dos debates em audiência realizada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para discutir a Proposta de Emenda à Constituição 31/07, de Fernando Collor (PTB-AL), que propõe estabelecer o parlamentarismo no Brasil.

– Mudanças na legislação eleitoral



Antônio Cintra (E), Octaciano, Maciel, Collor e Cafeteira em debate na CCJ

e partidária são indispensáveis para a consolidação das instituições e da Federação, seja qual for o sistema de governo – observou Collor.

– Só imagino o parlamentarismo com partidos estáveis, que tenham um rumo, um programa, uma vida orgânica – acrescentou Epitácio Cafeteira (PTB-MA).

Também participaram da reunião os senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA) – relator da matéria na CCJ e autor do requerimento da audiência – e Pedro Simon (PMDB-RS); os cientistas políticos Octaciano Nogueira e Antônio Octávio Cintra, e deputados que integram a Frente Parlamentarista.



Para Jefferson, medidas são para situações excepcionais

## Jefferson: é possível governar sem MPs

Jefferson Péres (PDT-AM) criticou o presidente Lula por ter dito recentemente que a dependência do governo das medidas provisórias (MPs) é um fato consolidado e que não abrirá mão desse instrumento constitucional.

– Não acho que o Brasil ficaria ingovernável sem as medidas provisórias. A existência da MP na Constituição é para algo

excepcional, para que o presidente, em caso de calamidade pública, perturbação da ordem ou iminência de uma crise econômica, por exemplo, possa lançar mão de uma medida de exceção. Mas legislar por meio de MPs por quê? – indagou.

O senador afirmou que nunca houve medidas provisórias em períodos democráticos no país.



Mão Santa critica declarações do vice José Alencar

## “Terceiro mandato não passa no Senado”

Declarações à imprensa do vice-presidente da República, José Alencar, foram criticadas por Mão Santa (PMDB-PI). Alencar, segundo o senador, disse que a população quer o terceiro mandato para o presidente Lula e usou o exemplo do ex-presidente dos Estados Unidos Franklin Roosevelt, que obteve quatro mandatos.

– Isso foi antes da 2ª Guerra Mundial.

Os tempos eram outros. Depois, os norte-americanos viram o perigo e agora, lá, só pode uma reeleição. Mas Lula sabe que o terceiro mandato não passa no Senado.

Mão Santa afirmou ainda que a situação das forças militares é “crítica”.

– Hoje o MST [Movimento dos Trabalhadores Sem Terra] tem mais força que os militares do país – opinou.



Expedito é contra passagem da cobrança para produtor

## Expedito não quer mudar cobrança do ICMS

A possibilidade de mudança da forma de cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) sobre petróleo e energia elétrica foi criticada por Expedito Júnior (PR-RO).

Atualmente, a cobrança é feita pelos estados consumidores, mas o relator do projeto de reforma tributária que tramita na Câmara, deputado Leonardo Picciani

(PMDB-RJ), propõe que a cobrança passe a ser feita pelo estado produtor. No Senado tramita proposta (PEC 20/07), de Paulo Duque (PMDB-RJ), determinando mudança idêntica.

– A reforma promovida só retira a arrecadação dos estados pobres para passá-la para os estados mais ricos – apontou Expedito Júnior.



Mário Couto reclama de multas indiscriminadas

## Operação castigou o Pará, diz Mário Couto

A “falta de investigação prévia” nas ações da Operação Arco de Fogo foi criticada por Mário Couto (PSDB-PA). A operação foi empreendida por agentes da Polícia Federal, do Ibama e da Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Pará, para combater a extração e venda clandestina de madeira na Amazônia Legal.

– Aqueles que estão na irregularidade

que sejam punidos e colocados na cadeia. Mas os empresários do setor madeireiro que trabalham na regularidade, dentro dos planos de manejo estabelecidos pelo governo, que dão emprego, não podem fechar suas portas – disse Mário Couto, ressaltando que o setor madeireiro representa o segundo item mais importante da pauta de exportações do Pará.



Efraim quer socorro aos que perderam casas e plantações

## Efraim apela por ajuda do governo federal à Paraíba

Diante das fortes chuvas na Paraíba, Efraim Morais (DEM-PB) pediu ao governo federal o envio de ajuda, na forma de recursos. Segundo a defesa civil, já há 4 mil desabrigados, tendo-se registrado a morte de 11 pessoas até domingo.

Dirigindo-se ao ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, o senador solicitou que a ajuda seja enviada o mais rápido possível, em razão do grande sofrimento dos que perderam casas e plantações. Acrescentou que as chuvas devem permanecer fortes nos próximos dias.



Rosalba diz que é necessário garantir água de forma perene

## Rosalba Ciarlini defende projeto de transposição

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) afirmou ontem que o “espetáculo das águas” no Rio Grande do Norte propiciado pela boa quantidade de chuvas este ano não deve desmobilizar a população e as autoridades quanto aos esforços para garantir água de forma perene e abundante no estado.

No entender da senadora, entre as medidas fundamentais para a consecução desse objetivo está o projeto de transposição de parte das águas do rio São Francisco para outras áreas da região Nordeste.



Leopoldo Silva



Camata sugere “puxar a orelha” de prefeito, governador e ministro

## Camata culpa autoridades por mortes no Rio

Gerson Camata (PMDB-ES) disse que as autoridades municipais, estaduais e federais “são responsáveis por cada morte” na epidemia de dengue no Rio de Janeiro. O senador afirmou que as autoridades “vão pagar por isso” e que os governos vão ter que indenizar as famílias pelas mortes de adultos e crianças.

– Isso é o supra-sumo da vergonha nacional – frisou, acusando as autoridades de desídia, descaso e omissão.

Camata sugeriu que o Senado deve “puxar a orelha” do prefeito do Rio, César Maia; do governador, Sérgio Cabral; do ministro da Saúde, José Gomes Temporão; e até do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

– Não podemos ficar tranquilos, discutindo qualquer outro assunto, enquanto a gente não meter na cabeça das autoridades que elas são responsáveis por cada morte – observou.

Para o parlamentar, além de chamar médicos de outros estados, o Rio de Janeiro deve convocar médicos e enfermeiros aposentados, pagando salário extra, assim como ocupar igrejas, prédios públicos e até hotéis para transformá-los em hospitais temporários, na tentativa de conter a epidemia. Da mesma forma, os funcionários públicos devem largar seus afazeres e ir para a rua combater o mosquito transmissor da doença.

Camata advertiu que a epidemia já está afetando o turismo em todo o país.

– O turismo está caindo em todo o país porque os estrangeiros estão sendo aconselhados, e acho que com razão, a não virem, e eles confundem um pouco o Rio com o Brasil – completou.

Para especialistas, desentendimentos entre autoridades e pouco dinheiro agravaram situação da dengue no Rio de Janeiro

# Combate a epidemias sofre com redução de recursos no Orçamento

“A redução em 2008 de recursos para ações epidemiológicas é perigosa, que espero que seja revista, pois o preço disso é a probabilidade de aumento de epidemias em todo o país.” O alerta foi feito pelo representante do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems), Marcos da Silveira Franco, em audiência pública da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde para debater o controle da dengue, da febre amarela e da malária no Brasil.

Franco destacou a necessidade de prevenção e de assistência para combater a dengue, ações que “só podem ser integradas em nível

local”. Ele sugeriu ainda melhorias no saneamento básico e no desenvolvimento urbano.

Na opinião do representante do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (Conass), Jurandi Frutuoso, a discussão passa pelo revigoramento do Sistema Único de Saúde (SUS), que está completando 20 anos. Para ele, não é hora de apontar culpados pela crise de dengue no Rio, mas de evitar surtos futuros da doença e impedir que ela atinja outros estados.

Frutuoso apontou a responsabilidade do Congresso pela redução de verbas orçamentárias para o combate a doenças. Somente este ano, disse, o corte médio foi de 25%.

Senador e médico, Papaléo Paes (PSDB-AP), afirmou que os cortes não dependem apenas da vontade dos parlamentares.

– Jamais a Comissão de Orçamento cortaria recursos destinados à saúde se não fosse por motivos que estão além da nossa vontade – respondeu o senador.

Papaléo lamentou que a imprensa deboche da crise de dengue no Rio, principalmente do fato de governantes locais, estaduais e federais empurrarem para o outro a responsabilidade pela situação.

– Todos têm responsabilidade, homens públicos e população, mas a população tem que ser estimulada a combater a doença – disse.

José Cruz



Especialistas alertam na subcomissão da CAS para redução de verbas no Orçamento, o que pode provocar o aumento de epidemias

## Ministério aponta queda de 27% nos casos de dengue

Apelo para que os postos da rede básica de atenção à saúde fiquem abertos nos finais de semana, no Rio de Janeiro, foi feito pelo secretário-adjunto da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, Fabiano Pimenta Júnior. Segundo ele, essa é a medida mais importante para evitar o aumento no número de mortes por dengue na cidade.

Pimenta Júnior negou que tenha havido redução, este ano, dos recursos destinados à prevenção e ao controle da dengue. Ele admitiu, no entanto, que, para 2008, houve cortes em outras ações, como a aquisição de vacinas, mas que o ministério está adotando providências para recompor os valores.

O secretário informou que houve 48 mortes confirmadas por dengue hemorrágica no país nos dois primeiros meses do ano, mas a imprensa vem divulgando mais de 65 mortes somente no Rio.

A secretaria registrou 120.570 casos dos diversos tipos da dengue entre janeiro e fevereiro, o que significa uma queda de 27% na média nacional em relação a 2007. No Rio, porém, o aumento nas notificações foi de 211%, inferior a estados como Roraima (484%) e Sergipe (617%).

## Médico acha inadmissível que doença ainda mate

Parte das dificuldades que o país enfrenta para combater a dengue está associada a problemas na segurança pública. A afirmação é de Pedro Luiz Tauil, da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical. Por causa da violência, agentes sanitários não conseguem atuar em áreas onde prolifera o mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da doença.

A acelerada urbanização, com habitações precárias em áreas sem abastecimento de água e saneamento, é uma das principais razões para a epidemia, segundo Tauil. Ele observou que água acumulada em reservatórios improvisados são criadouros do mosquito. Esses fatos são observados na Baixada Fluminense, área de maior densidade populacional do país.

Segundo Tauil, não há no mundo um modelo totalmente eficaz de combate à dengue. Mesmo sem perspectivas para a eliminação imediata do mosquito, o especialista considerou inadmissível que pessoas morram em decorrência da dengue. Em sua avaliação, isso acontece pela desorganização do sistema de saúde. Tauil reivindicou mais recursos para pesquisas de uma vacina contra a dengue.

## Senadores lamentam falta de verbas para combater doenças

Na audiência pública sobre a epidemia de dengue, promovida pela Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, que é vinculada à Comissão de Assuntos Sociais, os senadores criticaram a falta de recursos para a saúde, principalmente os voltados ao combate de epidemias.

Flávio Arns (PT-PR) lembrou que, dos R\$ 18 milhões previstos no Orçamento de 2008, R\$ 4 milhões foram cortados.

– O que me preocupa é que mesmo os R\$ 18 milhões já seriam quase nada – lamentou o parlamentar.

Da mesma forma pensa Rosalba Ciarlini (DEM-RN). Segundo ela, recursos para a saúde não podem ser vistos como gastos, mas como investimentos necessários. Na opinião da senadora, o governo precisa agir com seriedade para que não faltem verbas.

– É nessa hora que a gente vê que saúde não é prioridade neste país – ressaltou.

Paulo Duque (PMDB-RJ) destacou que a situação é tão séria que “dá vontade de propor a criação do Ministério das Endemias”.

Na opinião do senador e médico Augusto Botelho (PT-RR), parte da solução para a crise de dengue no Rio de Janeiro está na conscientização da população e dos governantes quanto à atitude a tomar com relação ao problema, principalmente na questão “saneamento básico”.

– As pessoas têm que se conscientizar de que, quando jogam um copinho plástico da janela do carro, poderão facilitar o armazenamento de água parada e, assim, estar matando alguém. É preciso conscientizar as pessoas por meio de campanhas institucionais – afirmou Augusto Botelho.

Já Valter Pereira (PMDB-MS) lembrou que há métodos mais eficientes de combate à dengue, além da “forma conservadora” adotada pelo Ministério da Saúde de utilizar o chamado “fumacê”. Ele citou como exemplo o uso de larvicidas biológicos, que são menos tóxicos, e iscas implantadas com cola em placas odorizadas com cheiro agradável ao mosquito.

– É preciso cobrar das autoridades sanitárias que repassem essas experiências à sociedade – cobrou Valter Pereira.



Projeto do senador Expedito Júnior estimula o apoio da iniciativa privada à formação profissional de jovens em escola pública. Matéria precisa ser votada ainda na CAE

## Aprovada dedução a empresa que investir em ensino técnico

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem parecer da senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) a projeto do senador Expedito Júnior (PR-RO) que permite às empresas tributadas com base no lucro real deduzir, do Imposto de Renda, as despesas com ensino profissional de nível técnico para jovens em escolas públicas.

A dedução é limitada a 5% do valor do imposto devido. De acordo com o projeto (PLS 63/07), as empresas não poderão descontar esses gastos para determinar o

lucro real e a base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Expedito Júnior afirma, na justificativa, que o projeto poderá impulsionar a oferta de educação profissional pública no país. Para ele, esse tipo de ensino pode atender a duas demandas dos jovens: o acesso ao trabalho e a continuidade dos estudos. A proposta, acrescenta, facilita a união de forças entre a iniciativa privada e o poder público para “proporcionar aos jovens um horizonte profissional”.

Rosalba Ciarlini ressalta que o ensino técnico é considerado estratégico em todas as nações que queiram se inserir na economia globalizada, além de se pautar pela mudança constante nas tecnologias de produção de bens e serviços.

A relatora destaca ainda que a proposição contribuirá para a expansão e a melhoria da educação profissional de nível técnico no país. O projeto segue agora para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde será votado em decisão terminativa.



Valdir Raupp (E) e Francisco Dornelles acompanham, na Comissão de Educação, a leitura do parecer de Rosalba favorável à proposta

## Prêmio para estudos sobre desenvolvimento econômico

Parecer do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) favorável a projeto da Câmara que institui o Prêmio Nacional Destaque em Economia e Desenvolvimento Celso Furtado foi aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte. A iniciativa tem o objetivo de estimular a produção e divulgação de trabalhos que analisem e orientem a tomada de decisões políticas relacionadas ao desenvolvimento econômico e social brasileiro.

O senador Marco Maciel (DEM-PE), convidado por Cristovam para presidir a reunião do colegiado durante a votação do parecer, elogiou a proposta, afirmando que o economista Celso Furtado (1920-2004) merece a homenagem por sua contribuição ao desenvolvimento do Brasil. Também apoiando o projeto, a senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) disse que a iniciativa servirá para perpetuar a memória “de um homem que muito contribuiu para o desenvolvimento social e econômico do país”.

De acordo com o texto, o prêmio será concedido anualmente a economistas brasileiros pelo órgão do Poder Executivo encarregado de planejar o desenvolvimento do país. Para isso, será constituída uma comissão especial integrada por representantes de departamentos de economia de universidades públicas brasileiras e de ministérios de áreas afins e por economistas de notório saber.

Cristovam Buarque é o presidente da Comissão de Educação.

## Ministros estrangeiros vão debater reforma educacional

Os ministros da Educação da Inglaterra, da Índia e da África do Sul serão convidados para debater as reformas educacionais promovidas nos seus respectivos países. Eles devem participar do II Simpósio e Fórum Público em Educação, Igualdade e Justiça Social, a ser realizado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) em data ainda a ser marcada. A iniciativa é do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que preside o colegiado, e das senadoras Marisa Serrano (PSDB-MS) e Maria do Carmo Alves (DEM-SE), que se encontra licenciada.

Na reunião de ontem, a comissão também aprovou requerimento dos senadores Marco Maciel (DEM-PE) e Cristovam Buarque para realização de audiência pública sobre a melhoria das condições da educação no Brasil. Serão convidados para o debate cinco professores, um por região do país, premiados pelo projeto Educador Nota 10, criado pela Fundação Victor Civita.

A CE acolheu ainda requerimento da senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) solicitando ao ministro da Cultura, Gilberto Gil, informações sobre os recursos e programas de fomento para a área do teatro. E em regime de urgência, foi aprovado parecer favorável do senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ao projeto (PLC 119/07) que denomina Rodovia Prefeito Nelson dos Santos Gonçalves o anel rodoviário de Volta Redonda (RJ).

## Mozarildo defende permanência de agricultores em reserva indígena

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) pediu respeito às 468 famílias de agricultores que estão sendo forçadas a deixar suas terras na área indígena Raposa-Serra do Sol, em Roraima. Para o senador, por ter “exagerado” na extensão da área demarcada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva “foi irresponsável com o povo de Roraima, com as comunidades indígenas da região e com o país”.

– O assunto, infelizmente, foi destrutado ou desqualificado pelo presidente Lula, obedecendo ao núcleo duro comunistóide socialista estatizante que domina o Incra, o Ibama e a Funai – disse o senador, referindo-se ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, ao Instituto Bra-



Para Mozarildo, o presidente Lula exagerou nos limites da área indígena

sileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e à Fundação Nacional do Índio.

Mozarildo Cavalcanti alertou para o risco, no futuro, de as reservas não fazerem mais parte do território brasileiro.

## Valadares quer ampliar sistema de distribuição de água no Nordeste

Ao fazer um levantamento dos recursos hídricos do Nordeste e comemorar as reservas de água doce disponíveis em mais de 70 mil açudes na região, o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) alertou para a necessidade de ampliar a rede de distribuição desse recurso, priorizando a instalação de um sistema de tubulações e adutoras no semi-árido.

Valadares avalia que um sistema de abastecimento organizado em adutoras, cisternas de água de chuva e poços tubulares resolveria as dificuldades da seca na região. Ele ressaltou a opinião de especialistas que consideram que o problema da água no Nordeste está na distribuição. Um sistema de tubulações semelhante ao usado para transportar gasolina,



Uso de tubulações e adutoras resolveria o problema da seca, avalia Valadares

disse, solucionaria a dificuldade.

Valadares considerou ainda a revitalização do São Francisco como medida fundamental para garantir o abastecimento dos açudes que serão contemplados pelas obras de transposição do rio.

## Flexa Ribeiro relata encontro do PSDB

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) relatou o encontro regional do seu partido realizado no fim de semana em Breves, na Ilha de Marajó. A reunião, disse, mostrou que o PSDB está fortalecido para enfrentar a eleição deste ano, com a perspectiva de aumentar o número de prefeituras e das bancadas municipais.

Flexa Ribeiro afirmou que os participantes também discutiram a crise no setor madeireiro provocada por operações da Polícia Federal e do Ministério do Meio Ambiente contra o desmatamento.

## Inácio Arruda pede apoio a ato da UNE

Inácio Arruda (PCdoB-CE) pediu aos senadores que participem de ato que será promovido amanhã pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubess), nas imediações do Congresso Nacional. Os manifestantes reivindicam a reconstrução da sede da UNE no Rio de Janeiro. As duas entidades, informou o parlamentar, vão pedir ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que envie ao Congresso proposta destinando recursos para reconstrução do edifício.